

COLETIVO RUP TURA



COLETIVO RUPTURA

COMUNISMO OU *EXTINÇÃO!*



ÍNDICE

1. PONTO DE SITUAÇÃO

8

2. FUNDAMENTOS DA ORIENTAÇÃO COMUNISTA

16



3. ESTRATÉGIA COMUNISTA

28

4. TÁCTICA COMUNISTA

38

5. PRINCÍPIOS DE UNIDADE

50



PONTO DE SITUAÇÃO

ENQUADRAMENTO





PONTO DE SITUAÇÃO

O capitalismo organiza o processo produtivo de uma maneira única e paradoxal. O trabalho social, embora dependa da colaboração entre milhões de pessoas, realiza-se de forma fragmentada e privada, onde cada indivíduo ou empresa atua isoladamente, guiado pelos seus próprios interesses ou, pelo menos, a sua percepção dos mesmos.

Sob o capitalismo, milhões e milhões de seres humanos - gerações inteiras, nascidas e criadas na pobreza - trabalharam e trabalham para criar e manter esta civilização e acumular tesouros incomensuráveis em mãos que não as suas, mas da classe dominante. O capitalismo, por sua vez, desenvolveu-se através de uma divisão social do trabalho sem precedentes, acelerou a inovação tecnológica e ampliou, pelo menos em potencial, as possibilidades da emancipação humana face às forças da natureza, mas não sem carregar dentro de si contradições profundas. Se somos capazes de produzir e acumular tamanha riqueza, como se explica tanta miséria ao nosso redor? Porque não temos segurança no dia de amanhã? Estas contradições não são meros acidentes, mas sim a lógica estrutural imposta pelo próprio capitalismo ao seu modo de funcionamento. É um sistema que produz abundância e distribui escassez.

Esta lógica espelha-se nas duas grandes classes antagónicas que nasceram com o capitalismo: o proletariado e a burguesia. Enquanto um produz, a outra expropria-o. Ao mesmo tempo que impulsiona a criação de riqueza e abundância material, o capitalismo precisa também de expropriar sistematicamente os trabalhadores da riqueza que eles próprios produzem e separá-los permanentemente dos meios de produção, deixando-os sem acesso aos bens e serviços necessários para sobreviver sem a mediação do emprego e do dinheiro. Neste processo, o capitalismo cria forças destrutivas colossais e acorrenta biliões de pessoas: A disputa por recursos e pelo acesso a mercados que desencadeia guerras à escala mundial; a acumulação insaciável de capital que criou e aprofunda diariamente a crise ecológica que ameaça a estabilidade do planeta; a adaptação da opressão patriarcal das épocas anteriores na reprodução da força de trabalho da qual se sustenta, tanto pela imposição do trabalho doméstico às mulheres, como pelo controlo do género e da sexualidade das

pessoas queer; o imperialismo - o capitalismo na sua fase superior - que enriquece um punhado de países à custa do resto do mundo e que empurra populações inteiras para o buraco negro do genocídio, por considerá-las “excedentes” ou “descartáveis” diante das necessidades do mercado.

A paisagem do presente pinta-se nestes tons. A conjuntura contemporânea mundial de crise tem características marcantes e coincide com o declínio relativo, face a outras potências, do poderio económico e político dos Estados Unidos, que lideraram o último grande ciclo de expansão do capitalismo global. A competição entre diferentes parcelas do capital, Estados e blocos geopolíticos chegou a um nível de intensidade não visto em décadas e o resultado são escaladas protecionistas com tarifas, sanções económicas e restrições comerciais, tensões políticas e militares, a possibilidade de confrontos de maior escala e uma intensificação brutal da exploração, não apenas dos trabalhadores de todos os continentes, mas também dos recursos naturais em todo o planeta.

Dos gases com efeito de estufa ao esgotamento dos solos até à contaminação dos recursos hídricos, o funcionamento do capitalismo exige que a natureza seja vista como um local de extração de recursos e de depósito de resíduos conforme a necessidade de criação de lucros. No entanto, a Terra é um sistema complexo, e uma economia baseada na competição entre empresas não consegue regular a sua atividade dentro dos limites do planeta. Assim, o capitalismo está a levar a uma situação em que a humanidade criou as condições que ameaçam a sua própria sobrevivência como espécie.

Por trás da disputa entre nações e da crise climática existe, sobretudo, uma ofensiva burguesa contra o proletariado global. Em resposta às crises e pressionados pelas exigências do capital, os Estados atacam as conquistas do proletariado e endurecem os seus mecanismos de repressão e controlo social, convergindo para projetos autoritários e reacionários que atravessam todas as esferas da vida social - sem necessidade nem intenção, geralmente, de romperem com as instituições liberais e as aparências democráticas, que continuam a ser ferramentas úteis de dominação indireta do proletariado e de mediação de conflitos entre as diferentes parcelas da burguesia. A classe trabalhadora vê-se reduzida a escolher males menores com votos “úteis” na disputa democrática da sua opressão, que se traduz no seu empobrecimento material e simbólico, no reforço das estruturas patriarcais e racistas, na perseguição de pessoas queer e dissidentes de género, na desumanização de

trabalhadores migrantes e no aprofundamento do esgotamento ambiental.

É ao longo de séculos de exploração que o proletariado se torna potencial sujeito de uma transformação revolucionária da sociedade. Entretanto, essa potencialidade esbarra continuamente nas formas capitalistas que o mantêm subjugado, canalizando as suas energias para a reprodução do próprio sistema que o oprime.

No século passado, o mundo observou os maiores ciclos de lutas de classes que alguma vez pudemos assistir, com um fenómeno muito particular, nunca antes visto: o proletariado tinha tomado as rédeas do seu futuro. São de louvar todas as conquistas e a iniciativa de todos os comunistas que conseguiram pôr na ordem do dia a tomada do poder político pela nossa classe. Tal obrigou a burguesia, a nível mundial, a partir para uma mudança brusca nas suas táticas, atendendo temporariamente às exigências do proletariado, temendo que este não se contentasse com as migalhas do banquete e tomasse o poder. No entanto, o desfecho destes ciclos de lutas mostra que o nosso objetivo final, o da destruição da ordem vigente e a construção do comunismo, ao menos até à data, falhou.

A contrarrevolução implicou um movimento reacionário mundial, cujo pilar era o anticomunismo, a submissão ou destruição do movimento proletário independente e a restauração da ordem. Tomou várias formas, desde o fascismo à social-democracia, passando pela guerra contra os movimentos de libertação nacional. Como consequência, o proletariado foi pacificado por vários modos - pela perda do carácter revolucionário dos partidos comunistas; pelo estado social, que foi ao mesmo tempo uma concessão conquistada na luta e uma armadilha, capturando e neutralizando a sua independência política por meio da sua integração no normal funcionamento do estado burguês; e também pelo fluxo de bens baratos do terceiro mundo para os países do ocidente, permitindo uma melhoria extraordinária das condições de vida de um proletariado até aí extremamente combativo e criando novas classes intermédias.

Em Portugal, a contrarrevolução nos anos 20-30 tomou a forma da ditadura fascista do Estado Novo, que teve como um dos seus principais objetivos extinguir a todo o custo a crescente organização do proletariado nesse período, para lhe impor a estabilização e, depois, a modernização do capitalismo no país, ambos também assentes no saque colonial. Já após o 25 de abril, a paz social foi comprada pelos governos subsequentes a troco das “Conquistas de Abril”: um moderno estado social, o SNS, direitos democráticos e liberdades políticas. Este processo de liberalização social, potenciado pela integração europeia e pela subsequente prosperidade dos mercados globais até ao crash de 2008, levou à proliferação de classes intermédias numerosas, de entre as quais segmentos materialmente mais abastados da classe trabalhadora, a pequena-burguesia e as profissões liberais. Esta proliferação foi

fruto do maior acesso ao crédito e ao consumo após o fim do fascismo e de uma necessidade crescente de suplementar o crescente estado social com profissionais diferenciados.

No entanto, desde a Troika até aos dias de hoje, passando pela Geringonça, a pandemia e o surto inflacionista, assistimos a um duplo processo de re-proletarização desses setores intermédios, antes relativamente protegidos, e de ataque redobrado ao proletariado. Os setores intermédios vão perdendo os antigos privilégios e são cada vez mais submetidos à lógica da exploração, à qual respondem arregimentando as suas frustrações contra os setores mais explorados do proletariado e em defesa de um retorno aos privilégios do passado, apoiando projetos reacionários. O proletariado, por seu lado, arca com as consequências do aumento das rendas e do custo de vida, da deterioração dos serviços públicos e do SNS, da estagnação dos salários reais, dos ataques dos governos aos direitos laborais. Em cima disso, alguns setores do proletariado - mulheres, imigrantes, pessoas queer e racializadas - sofrem ataques específicos por parte do Estado, com o aproveitamento, por parte de forças políticas reacionárias, das divisões materiais no seio do proletariado para mobilizar uns e disciplinar outros.

Hoje, diante deste cenário, os comunistas - aqueles que lutam pela emancipação da humanidade através da emancipação do proletariado - encontram-se completamente fragilizados e desarticulados. Desde a derrota histórica do ciclo revolucionário inaugurado pela Revolução Russa de 1917, o movimento comunista entrou num longo período de retração, perdendo força e coesão internacional. As organizações socialistas fragmentaram-se: algumas tornaram-se instrumentos de gestão dos Estados capitalistas; outras mergulharam no sectarismo e na auto-reprodução, incapazes de construir alternativas efetivas; muitas, por fim, limitam-se ao espontaneísmo, sem um projeto estratégico de transformação.

O resultado é um panorama de dependência política do proletariado, que permanece atado a interesses imediatos e subordinado a alianças instáveis e inférteis com segmentos das classes médias, sem agir como ator independente. A social-democracia, expressão política deste impasse, propõe conciliação, procurando mediar conflitos entre diferentes classes através de reformas dentro dos limites do capitalismo, mas sem questionar as suas bases estruturais. Assim, o proletariado vê a sua energia política reprimida ou institucionalizada, a sua capacidade de transformação social limitada, e assiste ao agravamento das contradições que ameaçam não apenas as suas condições de vida, mas o futuro da espécie humana como um todo.

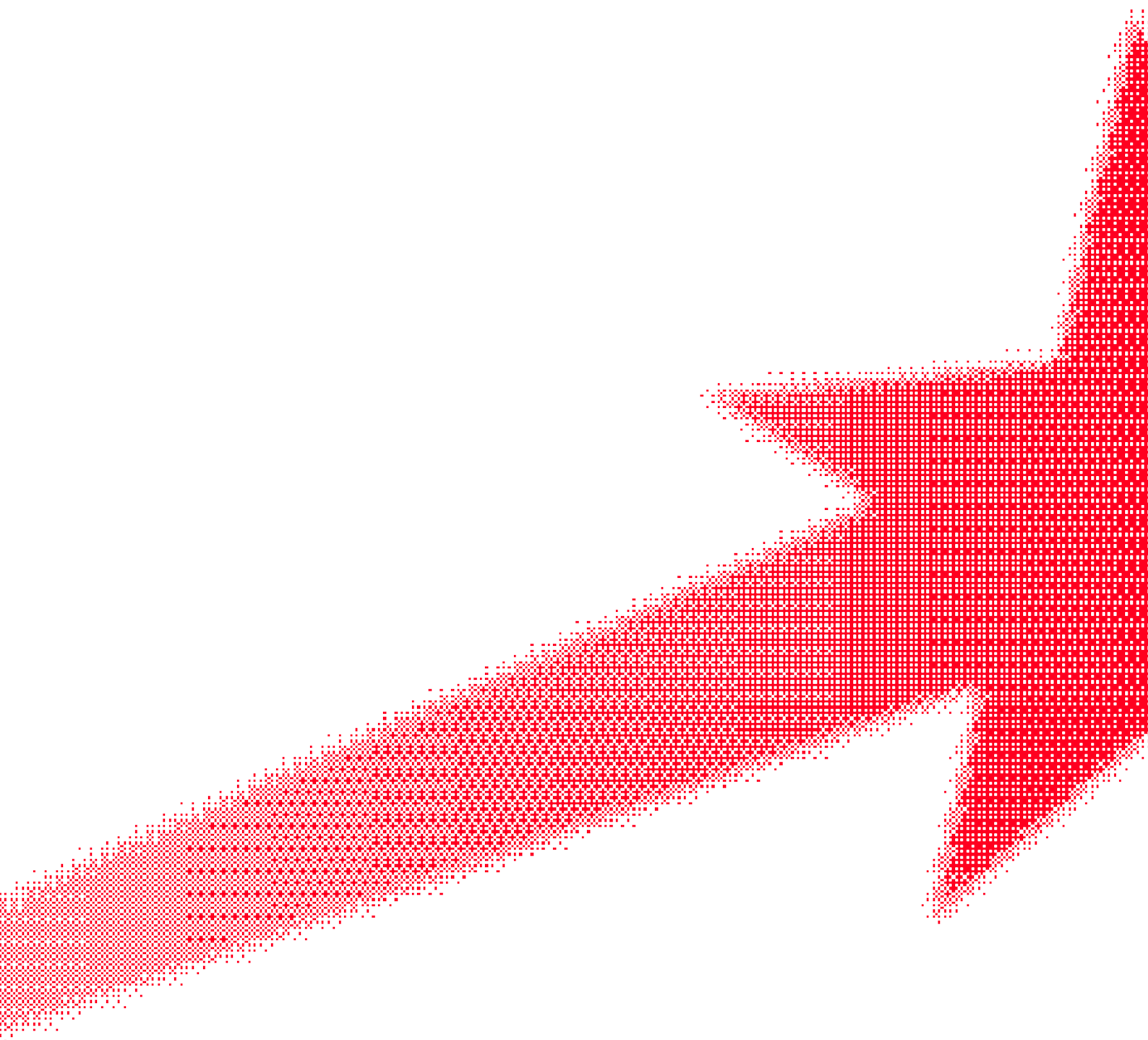
Porém, ao contrário do que dizia Francis Fukuyama perante a queda da União Soviética, a história não terminou, a luta de classes não cessou e o capitalismo não foi (nem será) capaz de transformar todas as suas contradições em meros problemas técnicos com soluções igualmente técnicas. Os últimos 30 anos, com os seus

abundantes lucros da burguesia, o seu manjar de promessas para as classes médias e o seu leque de terrores e privações para os explorados e oprimidos, colocam-nos - tal como antes - perante o maior desafio da nossa espécie e a maior responsabilidade da nossa classe até à data: Como construir a força para superar o atual estado das coisas?

Fazemos parte de uma geração que não tem memória de uma vida sem crises e se vê hoje amplamente e continuamente confrontada com a noção de que crise e capitalismo são sinónimos. É a partir desta realidade que escrevemos este manifesto. O desafio histórico permanece e pesa horrores sobre os ombros de todos nós: reconstruir um forte projeto emancipatório capaz de reorganizar politicamente o proletariado para a conquista do poder, romper com o imperativo da acumulação, pôr fim à exploração de um ser humano pelo outro e abrir caminho para uma nova forma de organização social, baseada na livre associação dos seres humanos e na sua unidade com a natureza.

É a este projeto que dedicamos o nosso trabalho.

COMUNISMO OU EXTINÇÃO!





FUNDAMENTOS

ORIENTAÇÃO COMUNISTA



“O principiante que aprendeu uma nova língua traduz sempre de volta à sua língua materna; mas apenas quando nela se consegue movimentar sem lembrar a antiga e quando esquece a sua língua nativa é que assimila o espírito da nova linguagem.”

KARL MARX, 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS
NAPOLEÃO BONAPARTE



FUNDAMENTOS DA ORIENTAÇÃO COMUNISTA

A compreensão e interpretação da realidade social é o primeiro passo para qualquer projeto revolucionário. Esta compreensão e interpretação exige um método e um conjunto de conceitos para que, da infinidade de dados e experiências disponíveis, consigamos gerar um conhecimento real sobre o mundo em toda a sua complexidade, capaz de sustentar a intervenção sobre este. Na nossa análise e ação, utilizamos conceitos que assumiram definições diferentes, por vezes contraditórias, ao longo da história. Como precisamos de nos expressar numa **língua comum**, esta secção serve como uma apresentação do método pelo qual os comunistas compreendem a realidade e uma exposição dos conceitos que ajudam a interpretá-la, bases fundamentais para o nosso entendimento da estratégia comunista.

2.1 Capitalismo

A produção e distribuição social dos recursos e dos produtos da atividade humana toma, no nosso período histórico, a forma do **capitalismo**. Neste modo de produção, as relações entre pessoas, bem como as relações entre a pessoa e a sua atividade, são mediadas através do processo do capital. Os bens e serviços “socialmente” úteis, colocados à disposição da restante sociedade, são transformados pelo trabalho no processo de produção em mercadorias, e é a **mercadoria** a célula básica da sociedade capitalista.

Este processo não ocorre para lá da história. A categoria “socialmente útil” visa apenas exprimir uma atividade que satisfaça uma necessidade socialmente reconhecida, algo que é necessariamente condicionado pela sociedade a que se aplica (no capitalismo contemporâneo, isto engloba, por exemplo, a produção de objetos de moda fast fashion descartáveis ou a produção de vídeos curtos absurdistas de inteligência artificial). O trabalho, assim, é encarado aqui como atividade humana no abstrato, mas sempre no contexto da sua relação com o processo de produção no capitalismo especificamente. Deste modo, o trabalho “**socialmente necessário**” define a quantidade de tempo de trabalho necessário, sob as condições de produção prevalentes numa dada sociedade, para a produção de um determinado bem, de acordo com as capacidades técnicas e a intensidade de trabalho médias.

A **mercadoria** apresenta-se com dois aspetos no mercado: o seu valor de uso, isto é, a sua qualidade que a torna desejável para consumir; e o seu valor de troca, a quantidade de recursos e trabalho gastos na sua criação. Para permitir a troca à escala

social, o valor abstrato necessita de uma forma equivalente concreta e universal. Assim, o dinheiro aparece como modo quantitativo e socialmente determinado de permitir a circulação das mercadorias. Isto é, o dinheiro é o equivalente do valor nas relações sociais. Tenho uma mercadoria (M), vendo-a e obtenho dinheiro (D). Com esse dinheiro, obtenho uma mercadoria com um valor de uso que procuro: é o processo de circulação simples (M-D-M). É deste processo e sob a forma de dinheiro que se origina o **capital**.

Mercadoria (M) -> Dinheiro (D) -> Mercadoria (M)

Um indivíduo com dinheiro pode comprar as mercadorias necessárias ao processo de produção, das matérias-primas e máquinas à própria força de trabalho. Compra-se, assim, o tempo humano, a capacidade de agir e de transformar, a mercadoria central para a produção das restantes. A compra da força de trabalho é equiparada, portanto, à compra dos meios de produção (maquinaria, infraestrutura industrial, etc.) e das matérias-primas pelo capitalista. Estes compõem a sua **propriedade privada**. “Compra-se a vida, que não é bem vida, é mercadoria produzida.” O processo de transformação das matérias primas através dos meios de produção e da força de trabalho faz crescer o valor das mercadorias resultantes. A venda destas ocorre com a receção final de uma quantidade de dinheiro superior à inicial.

A diferença entre o dinheiro inicial (custos) e o dinheiro final (receitas) não surge por acaso. Esta diferença surge do facto de a força de trabalho, ao ser aplicada, criar mais valor do que aquele que custa ao capitalista. O trabalhador recebe um equivalente pelo seu tempo, mas durante esse tempo produz um valor superior. Este processo expressa-se pela seguinte representação clássica (D-M-D’):

Custos (D) -> Mercadoria (M) -> Receitas (D’)

Esse excedente, essa diferença entre o valor final da mercadoria e os gastos iniciais, é a mais-valia. Na produção, a extração da **mais-valia** ocorre através da **exploração** da força de trabalho para gerar a diferença entre custos e receitas. É, pois, um fenómeno que estrutura o processo de produção. Se, no processo de circulação simples, os pontos iniciais e finais são mercadorias diferentes, com qualidades diferentes, no processo de produção os pontos de partida e chegada são ambos valor expresso sob a forma de dinheiro.

E é aqui que o processo ganha o seu carácter particular. Ao contrário da

circulação simples, aqui parte-se de dinheiro para regressar a dinheiro, apenas mais. A diferença não é qualitativa, apenas quantitativa. Por isso, o processo não tem um fim em si mesmo. O dinheiro não volta para descansar, volta para recomeçar. Compra de novo, produz de novo, cresce de novo, repetindo-se o ciclo de forma indefinida.

O Capital não é, assim, apenas dinheiro nem apenas mercadorias. Estas são só formas que ele adopta. É, pelo contrário, um **movimento contínuo** que se alimenta do trabalho humano e que se prolonga no tempo, **enquanto houver quem tenha apenas a sua força de trabalho para vender.**

Este processo não tem lugar à escala individual, não é a ganância dos capitalistas individualmente que o provoca. Pelo contrário, descreve uma dinâmica que ocorre em toda a sociedade, **totalizante**, porque a expansão do valor continua indefinidamente até englobar todas as esferas da vida humana sob o seu domínio. Deste carácter totalizante resulta que as empresas, para continuarem a existir como tal, têm de participar na permanente repetição deste ciclo. Do ponto de vista do Capital, a acumulação não é ganância, mas sim uma *necessidade*.

As formas sociais e imperativos aqui descritos - o imperativo de acumulação, a exploração da força de trabalho, a dominação do dinheiro - são aquilo que o capitalismo *é e faz* em qualquer das suas configurações particulares; é aquilo que não pode deixar de ser e de fazer, o que nunca poderá ser *reformado*.

2.2 Mercado

Esta dinâmica toma o carácter de competição entre capitalistas (isto é, os capitais). Para vender as suas mercadorias, o capitalista é obrigado a **competir** e assim otimizar ao máximo o processo de produção. Para isso, por um lado, espreme ao máximo os últimos sangues e suores dos trabalhadores, rentabilizando o gasto que tem em empregá-los. Por outro lado, os capitalistas no seu todo produzem mais do que os consumidores procuram. Nisto resulta que a procura é finita e estruturalmente menor do que a oferta. O capitalismo vive estruturalmente em estado de **sobreprodução**. A mais-valia, que é estrutural e necessária para a sobrevivência do modo capitalista de produção, encontra-se no núcleo desta desigualdade.

Do ponto de vista da produção, o crescimento da mais-valia pode ocorrer através de um **aumento da exploração da força de trabalho** (p.ex.: aumento da jornada laboral, aumento das quotas de produção, diminuição relativa dos salários face à inflação, etc.) ou, por contrapartida, de um **aumento da produtividade da força de trabalho** (p.ex.: desenvolvimento de tecnologias de produção mais eficazes, implementação de economias de escala, administração mais eficiente).

Do ponto de vista da circulação, o carácter representativo do preço deixa as portas do reino da especulação escancaradas. Por um lado, como descrevemos acima, a **manipulação dos preços** (classicamente, por meio da sua diminuição) serve o propósito de bater a restante concorrência apertando as suas margens. Isto tem implicações do ponto de vista da produção, mas também ao nível da própria circulação: é o meio pelo qual a concorrência cria a sua própria negação. Os capitalistas menos competitivos tendem a ser absorvidos, junto com as maquinarias e infraestruturas necessárias à produção, pelos mais competitivos. Esta tendência pode culminar num **monopólio** (ou num **oligopólio**, por vezes chamado “cartel” quando existem acordos de não competição), isto é, no domínio total de uma esfera da produção da parte de um capitalista ou de uma empresa.

A manipulação de preços nem sempre ocorre no sentido da sua diminuição. A própria existência do **preço** em si é uma expressão do fetichismo da mercadoria, isto é, a ideia de que as mercadorias aparecem no mercado como produtos finalizados independentes do seu processo de produção. Permite aos capitalistas conferir um determinado valor monetário a qualquer mercadoria, dos bens alimentares aos meios de comunicação, e dissociá-lo fundamentalmente do seu processo de produção, obtendo a liberdade para definir as suas próprias margens. O consumidor de uma mercadoria é separado desta por uma etiqueta com um preço. Graças a essa separação, o mercado vê-se livre para definir os seus preços de acordo com as suas margens e as receitas que os capitalistas esperam.

Entra assim em cena a **especulação**, a prática de comprar e vender mercadorias com vista a lucrar teoricamente com elas no futuro, eliminando aparentemente o Trabalho da equação. No entanto, este é um presente envenenado: o desvio dos capitais para a especulação cria ciclicamente **bolhas e crises**, sobretudo quando o preço se dissocia em larga escala da mercadoria em questão. Essas bolhas rebentam frequentemente quando a especulação feita no passado não corresponde à realidade no futuro, descambando em crises. Se para a burguesia, a especulação significa lucros futuros, para a classe trabalhadora traduz-se num aumento do custo de vida constante na medida em que associa os preços (dos bens de consumo, dos recursos, etc.) de forma direta ou indireta aos fatores de mercado.

A estruturação da produção e da circulação, assim, no capitalismo, não obedece necessariamente às necessidades e desejos de cada sociedade, mas sim às **leis do mercado**, que são naturalizadas pelos economistas em preceitos imutáveis da “natureza humana”. A **sobreprodução**, condição estruturante do capitalismo e razão da existência da especulação, está por sua vez aliada quer à destruição da biosfera e ao aprofundar da **crise ecológica**, quer à expulsão de fatias cada vez maiores do processo produtivo, as chamadas “**populações-excedentes**”, condenadas à clandestinidade e à morte social.

Em todos os casos, as decisões são tomadas com base em motivações primariamente económicas, pelo que se afirma que o Capital estrutura a produção e define interesses polarizados entre classes sociais, como veremos adiante. O capitalista não escapa às suas leis.

2.3 Luta de Classes

Para dispor da força de trabalho de forma permanente, o Capital tem de continuamente **despojar** camadas da população, num processo que denominamos como **proletarização**, pelo que se estabelecem assim dois pólos que se confrontam neste processo: o Capital e o Trabalho que este visa *dominar*. É da relação que estabelecem com estes pólos que se definem as classes sociais:

- A **burguesia**, que se situa no polo do Capital, porque detém os meios de produção e os capitais que permitem adquirir a força de trabalho dos trabalhadores (como mercadoria) e, por conseguinte, beneficia diretamente do processo de valorização e do imperativo de acumulação sob a forma da exploração dos trabalhadores, mediante a extração de mais-valia;
- A **classe trabalhadora**, que se situa no polo do Trabalho, uma vez que, despojada, apenas detém a sua força de trabalho e, como tal, encontra-se dependente de vendê-la para poder obter no mercado os valores de uso que são necessários à sua subsistência e reprodução, permitindo-lhe continuar a produzir; está dependente de um “**fundo salarial social**” (o seu salário, o estado social, rendimentos da economia informal, etc.) para sobreviver; o **proletariado**, por seu lado, define-se como o segmento da classe trabalhadora que, por ser capaz de agir mediante os seus interesses através da sua organização de classe, assume o papel do **sujeito político revolucionário** que visa a sua própria emancipação.

A contradição social inerente a esta dinâmica manifesta-se de forma constante através da **luta de classes**, na disputa entre os interesses do Capital - maximizar o processo de valorização e permitir a sua continuação no tempo - e os interesses do Trabalho, orientados para maximizar o preço da força de trabalho (o salário) e minimizar o tempo de trabalho. Apesar de os interesses do Capital se expressarem por meio da competição entre diferentes facções da burguesia (normalmente representadas por diferentes partidos), estes fundamentam-se sempre na continuação da valorização e da exploração, em oposição à classe trabalhadora.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, a luta de classes expressa-se além das disputas diretas no local de trabalho: é estruturante do todo da sociedade. Assim, entre os dois pólos - Trabalho e Capital - existem vastas camadas da população com um papel **intermediário**, que auxiliam a extração de mais-valia e estabilizam o

sistema de exploração. Entre o proletariado e a burguesia existem vastas camadas da população, que podem ser classificadas como **classes médias**. A estas correspondem todas aquelas que, no processo produtivo, desempenham um papel na supervisão e gestão dos trabalhadores e os trabalhadores que obtêm rendimentos tais que lhes permitam não depender completamente do salário para a sua sobrevivência imediata. Estes compõem a **aristocracia laboral**. Ao seu lado, está a **pequena-burguesia** - os empresários que, não obstante terem recursos para empregar alguns trabalhadores, dependem do seu próprio trabalho para a sobrevivência do negócio. Por consequência, a luta de classes não toma apenas um carácter de antagonismo direto, por meio da exploração e expropriação, mas permanece marcada, a um nível estrutural, por dinâmicas de **integração, cooptação e competição**.

2.4 Reprodução Social

Fora da esfera produtiva, as divisões de classes têm de se reproduzir *socialmente* e a força de trabalho tem de ser criada, mantida e regenerada, uma atividade que sob o capitalismo toma a forma do **trabalho reprodutivo**, que vai desde o trabalho doméstico aos cuidados. Este trabalho, geralmente não-remunerado e historicamente imposto pelo patriarcado às mulheres, configura uma forma económica paralela, mas não independente, do capitalismo, na medida em que habitualmente não *produz* mercadorias, mas sim *reproduz* a força de trabalho. O trabalho reprodutivo configura, deste modo, uma condição fundamental do capitalismo e, sendo ele próprio *trabalho* que não é remunerado, é uma **jornada dupla** feita geralmente pelas mulheres depois da jornada de trabalho. Desta forma, a **reprodução social** corresponde ao processo global através do qual a sociedade se reproduz ao longo das gerações. Engloba, além do trabalho reprodutivo, as instituições que o organizam (a família, o lar, a escola e o hospital, por exemplo), as relações sociais que o estruturam (os papéis de género, o patriarcado, a família...) e as políticas estatais que o influenciam, da Saúde à Educação.

A partir do momento em que as formas económicas “paralelas” ao mercado (p.ex: a economia informal, o trabalho doméstico das mulheres e economia camponesa) são dominadas e subsequentemente subsumidas ou transformadas pela produção capitalista; quando os Estados modernos passam a administrar os seus cidadãos com vista a capacitá-los para uma vida de trabalho assalariado; com a passagem da reprodução social do ramo puramente familiar e eclesiástico para o domínio do Estado social, das licenças de maternidade às escolas públicas: podemos afirmar que o **Capital também estrutura as relações de reprodução social**.

Estas relações, por sua vez, estruturam diretamente as relações de classe. O Capital é uma relação totalizante que acomete todas as esferas da sociedade. Mas também é, reciprocamente, determinado por todas as relações que existiam antes de

si e que continuam a existir sob o seu domínio real. As repercussões deste facto são profundas e serão analisadas adiante, mas decorre daqui desde já a afirmação de que **é impossível separar relações económicas de relações de género, de raça ou de nacionalidade**. A análise concreta de umas implica necessariamente a análise de outras e das pressões que exercem entre si.

2.5 Género, raça, nação e outras formas de separação

Para entender a luta de classes de forma *concreta*, então, é preciso compreender a forma como as classes se desenvolveram *historicamente* e se *reproduzem* socialmente. Enquanto, ao longo de séculos, a *economia mundial* foi produzida por múltiplos processos (de expropriação de camponeses, de colonização, de industrialização, de construção do Estado-nação moderno), também foram, na mesma medida, produzidas *classes* por meio de formas específicas de **classificação e hierarquização das populações**.

Por exemplo, a abundância de matérias-primas originadas do saque colonial aos povos do sul global abriu as portas para a ascensão da burguesia como classe dominante. Os sistemas de racialização historicamente construídos para hierarquizar populações, para organizar o acesso ao trabalho, às terras e aos recursos naturais ou, simplesmente, para expulsar, escravizar e chacinar, serviram para administrar a distribuição desse espólio entre as altas classes das sociedades europeias e norte-americanas e com ele fomentar o desenvolvimento capitalista.

A constituição subsequente de categorias como “género”, “raça” ou “nação” surge, assim, como expressão dessas dinâmicas históricas, legitimando práticas de dominação e repressão. Categorias como “a mulher”, “as pessoas trans”, “a homossexualidade” ou “as pessoas migrantes” nunca foram meramente descritivas, carregando sempre consigo uma noção de **alteridade**, isto é, de serem **Outro**, face à normalidade por defeito - constituída no presente como o homem cis heterossexual de ascendência europeia. **As próprias categorias não precedem, mas são antes constituídas pela prática social.**

Estes processos de dominação, desenvolvidos ao longo dos últimos séculos (ou até milénios!), permanecem vivos na nossa sociedade. Políticas racistas e xenófobas de exclusão de migrantes; a violência de género bem como a ainda existente disparidade salarial entre homens e mulheres, além da disparidade na carga de trabalho doméstico; o reforço dos mitos nacionalistas e das identidades nacionais; ou mesmo a medicalização e patologização de expressões de género e sexualidade que escapam à normatividade - estes são temas que ainda hoje são utilizados para

politizar e, assim, administrar, grande parte da população. Mais do que um conceito abstrato ou apenas práticas discursivas, esta regulação corresponde a um **conjunto de regras, leis, práticas e tecnologias**, desenvolvidas e implementadas pelos Estados modernos, que permitem garantir a continuidade do processo de produção capitalista e, necessariamente, da reprodução da sociedade.

As relações que vulgarmente se entendem por puramente económicas foram, em si, determinadas por um conjunto de fatores sociais, consagrando:

- o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, a par e passo com a **exploração colonial e o racismo sistematizado**;
- a consolidação da **família nuclear heteropatriarcal** como unidade de base da reprodução social;
- a formação do sistema interestatal, de uma estrutura produtiva global hierarquizada e da **troca desigual**;
- entre muitos outros processos sociais de separação e opressão.

A consolidação de algumas destas formas de subordinação e exploração, como o patriarcado, o racismo ou a homofobia, antecedeu a sociedade capitalista e moldou as formas históricas do seu surgimento. Ora, uma luta contra o capitalismo tem obrigatoriamente de procurar abordar todas estas contradições. Assim, pelo facto de o Capital ser uma **dinâmica totalizante**, o capitalismo é uma **totalidade sobredeterminada**, ou seja, é determinado por relações de produção, de reprodução, de exploração e de dominação social que se influenciam mutuamente ao ponto de não ser possível encontrar numa delas o papel da “**relação fundamental**” concreta a **desmantelar**. Reduzir ou subjugar reivindicações feministas, queer, antirracistas, etc., à temática “principal” da “luta de classes” - normalmente compreendida como apenas a luta por melhores condições laborais - replica as mesmas formas de discriminação e terceirização das quais surgem essas mesmas reivindicações.

A classe trabalhadora não é, nem nunca foi, uma estrutura homogênea. É composta por uma diversidade tão grande quanto a da espécie humana, de experiências, condições e identidades, e é por elas constituída. Qualquer política emancipatória proletária, ciente do papel opressivo destas categorias e do seu impacto real sobre a classe trabalhadora, deve englobar a totalidade das formas de dominação das quais ela se terá de libertar no processo revolucionário. A esta forma de interpretar o mundo chamamos **comunismo da totalidade**, pela libertação de todo o proletariado e da **totalidade** das suas opressões.

2.6 Comunismo

Vimos previamente como no capitalismo a distribuição social dos recursos e produtos da atividade humana é mediada e feita através do capital, e como dentro dessa mediação reside uma contradição fundamental entre Trabalho e Capital. **O comunismo é, resumidamente, a crítica e a prática que visa superar a separação entre a classe trabalhadora, a natureza e os produtos da sua atividade.**

Esta definição comporta em si múltiplas dimensões, que constituem, na sua totalidade, o **núcleo invariante do programa comunista**, isto é, o conjunto de princípios fundamentais que constituem a identidade do que entendemos como “comunismo”. Ressalvamos, naturalmente, que o comunismo não se pode cristalizar ou preservar numa única frase ou apenas numa vertente abstratamente definida (filosófica, histórica, económica, política, sociológica, etc.). Isso seria fazê-lo parar no tempo e separá-lo dos sujeitos que o praticam, reduzindo-o a mero dogma. Pelo contrário, vemo-lo como uma tradição crítica e prática viva e em constante comunicação com a realidade, assente em princípios de base constantes que a norteiam. Esta tradição associa-se a um certo modo de olhar para a sociedade capitalista e superá-la, a que chamamos uma **mundividência comunista**. Passemos a clarificar alguns dos pontos que constituem, a nosso ver, este núcleo invariante, ou seja, as diferentes definições parciais de comunismo que contribuem para, na sua unidade, o comunismo como definição total.

Definimos o comunismo como *crítica e prática* que compõem, juntas, **a unidade de teoria e ação**. A disposição intelectual de análise, investigação e crítica do mundo material é uma das tarefas-chave dos comunistas, “*atacando os problemas nas suas raízes*”. Esta disposição encontra-se numa relação dialética com a prática política e social da luta de classes, da experiência da exploração capitalista à organização da resposta a essa mesma exploração. Uma não toma precedência sobre a outra: ambas se informam em constante interação crítica entre si.

A precedência da teoria sobre a prática culmina em **inação, dogmatismo** e em formas ossificadas do programa comunista, incapazes de comunicar com a luta de classes para se criticarem de forma incessante. Desconectam-se da realidade; agem no vácuo e sob uma rigidez imobilizadora.

A precedência da prática sobre a teoria culmina em **reação, ativismo** e em formas políticas rebaixadas e oportunistas, navegando as crises sociais ao sabor da indignação e da agitação sem construir capacidades organizativas que lhes permitam construir memória histórica, aprender com os seus erros e lograr conquistas duradouras para a classe como um todo.

É a partir do reconhecimento e promoção da **unidade de teoria e ação** que se constitui o programa comunista “forjado na luta”, ou seja, em constante crítica, aperfeiçoamento e adaptação às condições que se nos apresentam em dado momento.

O comunismo concretiza-se economicamente na superação da exploração da classe trabalhadora pela burguesia, ao serviço do Capital, substituindo-a por um modo de administração e distribuição dos recursos e produtos da atividade humana que corresponda às necessidades de cada um, em equilíbrio com o ambiente e abrindo as portas à possibilidade da libertação da totalidade da espécie. Os princípios organizativos da sociedade sob o comunismo opõem-se à lógica da acumulação capitalista, ao dinheiro, ao trabalho assalariado e à troca. Nesse sentido, implicam a **superação da forma do valor como mediador das relações de consumo, produção, circulação e reprodução**. De igual modo, as relações patriarcais, nacionalistas e racistas estruturam a reprodução social sob o Capital. **A sociedade comunista terá de trabalhar coletiva e conscientemente pela sua superação e pela transformação total de todas as relações sociais.**

No comunismo, o trabalho é socializado, realizado em prol do benefício comum. Como tal, o trabalho torna-se “*não só meio de vida, mas, ele próprio, a primeira necessidade vital*”, uma vez que o seu produto é visivelmente colocado ao serviço da totalidade da comunidade, em vez de ser lançado no mercado e colocado ao serviço do processo de valorização do capital; portanto, é possível falar da superação dessa separação:

- **entre os trabalhadores e os produtos do seu trabalho;**
- **entre os trabalhadores e a sua comunidade;**
- **entre os trabalhadores e o seu tempo;**
- **entre os trabalhadores e a liberdade de desenvolverem todas as suas facetas.**

Clarificada a nossa linguagem, será importante explorar de que modo a existência do comunismo, como forma que visa superar o capitalismo, se manifesta social e politicamente. A expressão material do comunismo integra necessariamente qualquer tentativa de definição deste projeto. Apenas assim é possível dotar este conhecimento das ferramentas necessárias para a sua concretização e, simultaneamente, contribuir para a sua contínua expansão e aperfeiçoamento.

“A emancipação do proletariado é a emancipação de toda a humanidade.”

3

ESTRATÉGIA COMUNISTA





ESTRATÉGIA COMUNISTA

3.1 O Estado e o Reformismo

Uma das principais contradições do capitalismo está no facto de **a produção ser feita de forma social**, ou seja, envolvendo o trabalho de inúmeras pessoas, enquanto os **resultados dessa produção são apropriados de forma privada** pela burguesia. Para lidar com esta contradição, expressa em múltiplas formas, mas sobretudo na competição entre capitais, o Estado burguês é chamado a intervir de várias formas: ou tenta estabelecer regras para “normalizar” a competição, ou favorece uma secção dos capitalistas contra as outras, e, acima de tudo, compete no mercado mundial para garantir melhores condições para as suas empresas. No entanto, essa intervenção tem limites e o Estado não consegue controlar de forma duradoura o processo de acumulação capitalista e as crises (económicas, bélicas, etc.) que daí advêm.

É perante a relação entre esta contradição fundamental, o aparelho de Estado e as crises políticas que surge uma tendência política no seio do proletariado e na classe média a que chamamos **reformismo**. Esta tendência tem, no sentido mais restrito da palavra, como objetivo superar o capitalismo através de reformas políticas e económicas, executadas pelo Estado, procurando para tal uma via eleitoral e pacífica para o socialismo, em coligação com forças políticas “democráticas” e “progressistas” burguesas. Não obstante uma longa lista de tentativas de alcançar o socialismo pelas reformas, que acabaram sempre ou com a integração do partido reformista no arco de governação burguês, ou na repressão sangrenta dum proletariado desarmado politicamente, o reformismo mantém a sua força e a sua influência entre a classe trabalhadora, mesmo para aqueles que se dizem “comunistas”.

O problema-chave é que essa influência do reformismo, hoje cada vez mais minguante, é fruto do posicionamento destas forças, a chamada “esquerda parlamentar”, como partidos de administração. Isto significa que elas têm um lugar à mesa da democracia e da nação, e esta é uma posição que à partida exclui pilares fundamentais do comunismo: **a crítica à ordem burguesa, à sua ordem legal e à sua organização da violência**. Fruto de necessidades eleitorais, os partidos de esquerda têm de procurar apoio entre as classes médias, ligadas à propriedade e

dependentes do imperialismo para manterem as suas posições. Por imperativos parlamentares, esses partidos têm de declarar lealdade às mesmas instituições que estão em antagonismo com o comunismo, e rapidamente substituem o proletariado pelo Estado como garante dos seus programas e até das chamadas “conquistas da revolução”. E, confrontando a internacionalização do capital, procuram resguardar-se na nação e na sua soberania decrescente como supostos pilares de defesa contra o capitalismo. O seu objetivo, em suma, é representar os trabalhadores como qualquer outro agente do Estado-nação: como eleitorado a ser governado pelo Estado, só que com mais regalias em vez de menos.

O facto é que o Estado, pela sua própria forma, está **investido na manutenção da ordem**, no controlo das fronteiras e na reprodução contínua do capital e, por isso, está diretamente oposto à possibilidade de revolução, não só através da repressão do exército e das polícias, mas através do funcionamento regular da lei em geral. Hoje, apesar da diminuição do seu poder relativo face a instituições internacionais (representadas por várias siglas infernais: UE, NATO, BCE, FMI...) e outros Estados, em termos absolutos o poder do Estado português é muito maior do que no passado, na sua capacidade de manter vigilância em todo o território, de fiscalizar, cooptar ou reprimir todas as mobilizações. **É a lei que, nas suas categorias e mecanismos, separa as águas nos meios que a nossa mobilização toma para si:** greves económicas são legais, mas greves políticas e de solidariedade são ilegais; a reivindicação económica dos militares, polícias e guardas prisionais é legal, mas agitar politicamente dentro das forças armadas é ilegal; marchas e abaixo-assinados são legais, mas a sabotagem e a autodefesa são sempre ilegalizadas como “desacato” ou “terrorismo”. Mesmo contabilizando os ataques dos Governos aos sindicatos e associações, é a organização reformista que é viabilizada pelo Estado enquanto a atividade revolucionária é impossibilitada. Em suma, é um real contrassenso, de um ponto de vista comunista, depender do Estado para a realização do nosso programa.

Há, portanto, **uma real ruptura que se tem de consumir entre comunismo e o reformismo**, na diferença entre, por um lado, colocar em questão a totalidade da organização da sociedade - uma sociedade que necessariamente produz miséria e proletários - e, por outro, tornar através do Estado as condições de vida mais afáveis sob o capitalismo. Para a burguesia, a economia política é uma questão de como continuar a aumentar a produção, de como manter os salários baixos, etc., e, por meio da **luta económica**, a esquerda partidária situa-se só na ala esquerda dessa problemática, declarando: “Nós vamos elevar a produção através do aumento dos salários”. O comunismo, pelo contrário, tem de tornar essa própria problemática absurda e, através da **luta política**, forjar ligação entre os interesses imediatos e económicos da classe e o objetivo da revolução proletária.

3.2 Crises e Revolução Proletária

O ressurgimento do comunismo como força real exige a vigilância e a demarcação sistemática face ao reformismo: um combate que passa por compreender a impossibilidade, por definição, de reformar estruturalmente o capitalismo e o aparelho burguês de Estado. Para tal, é necessário clarificar o papel das crises e da revolução na estratégia comunista.

Qualquer crise comercial ou industrial pode transformar-se numa **crise política** - um período de intensificação da luta de classes, quer entre as várias secções da burguesia, quer entre o proletariado e a burguesia em geral. Estes são fenómenos inevitáveis, no fundamental, resultando da intensificação da competição capitalista e consequente sobreprodução de mercadorias. As crises políticas, que também podem surgir por motivos não-económicos, fazem com que as diferentes classes e secções de classes, representando-se espontaneamente a si mesmas, lutem para implementar os seus objetivos. No entanto, nem todas as crises políticas são **crises revolucionárias**. Estas consistem em períodos em que a ordem constitucional, isto é, a série de regras e instituições que regulam a vida política de um dado Estado, entra em dissolução.

As crises revolucionárias são inevitáveis sob o sistema capitalista. Todos os Estados burgueses tentam controlar e gerir a contradição insolúvel entre o carácter social da produção e a forma privada de apropriação e acumulação. Sofrem, como consequência disto, um “**desgaste**” a vários níveis - acumulação de dívida pública, captura do Estado por secções específicas da burguesia em detrimento de outras, ampliação brutal do aparelho burocrático-militar, competição com outros estados, etc. As **crises políticas** tendem a formar-se a partir deste desgaste. Dependendo de quem ganha, surge a possibilidade de **reformular** o aparelho de Estado para que este consiga melhor gerir a contradição durante o futuro próximo.

Caso esta reforma não seja possível e o desgaste seja tanto que a própria legitimidade do Estado seja posta em questão, entra-se no território da **crise revolucionária**, onde a ação dos setores avançados da classe pode culminar na **revolução proletária**; com a ressalva que a revolução proletária é um processo muito específico, distinto mesmo de outras modalidades de revolução anti-capitalista e anti-colonial, que se revestiram de um carácter sobretudo militar e tiveram como principal objetivo a realização de tarefas democráticas - aos exemplos históricos de China, Cuba e Vietname.

A revolução proletária consiste na tomada do poder político pela classe trabalhadora organizada em partido e na destruição do Estado burguês, anulando as suas instituições e construindo órgãos de poder proletário: dismantando a separação liberal de poderes e as burocracias; eliminando as polícias e os exércitos permanentes; subordinando a produção a um plano que represente as necessidades sociais da espécie; internacionalizando-se; etc. Na sequência “clássica”, a da Revolução

de Outubro de 1917, a revolução proletária foi composta por um período de **poder dual**, onde as formas de soberania e autoridade estavam repartidas entre as velhas instituições burguesas e a nascente livre organização dos trabalhadores nos seus próprios órgãos, a que se seguiu um período de **guerra civil**. No entanto, sejam quais forem as suas formas particulares no nosso período histórico, a **ruptura com o Estado burguês** é *necessária* para possibilitar a superação do capitalismo.

Fora dessa ruptura, os mecanismos das formas capitalistas de Estado compelem os diferentes partidos que tomam poder a converterem-se em executores de políticas burguesas. Mesmo sob governo socialista e com real apoio popular, instituições como o exército, a polícia, a burocracia, os parlamentos ou os tribunais mantêm a reprodução social capitalista e continuam a organizar o poder da burguesia. Por isso, foi o destino histórico de todos os projetos de “**poder popular**” mobilizarem o povo, sujeito interclassista, apenas numa posição subordinada ao governo, nunca contra o Estado. **A revolução proletária, por isso, exige o conceito de ruptura com o Estado burguês.**

3 . 3 Independência e Hegemonia de Classe

Como classe despojada dos meios de produção, é a classe trabalhadora que tem um interesse objetivo em acabar com a propriedade privada e com o capitalismo, o modo de produção nela baseado. Como tal, é - *será* - o proletariado o sujeito político da revolução comunista, com a sua **unificação e independência** sendo as condições mínimas para a superação da sociedade capitalista. A constituição dessa classe como sujeito revolucionário é a tarefa estratégica de toda a organização comunista, que temos de entender à luz da nossa época específica.

Vivemos um período de **reconfiguração política e social** no núcleo imperial ao qual as formas organizacionais atuais das forças comunistas não têm conseguido responder. Na Europa, a socialização primária dá-se fora do local de trabalho para a maior parte da classe trabalhadora; o proletariado industrial e agrário propriamente dito é minoritário, demográfica e sociologicamente; e grandes segmentos da classe trabalhadora são migrantes e não usufruem dos direitos políticos conferidos a quem atinge a cidadania. Simultaneamente, assistimos ao acirrar de contradições inerentes ao capitalismo, com a expropriação crescente, mesmo de segmentos materialmente mais abastados, da classe trabalhadora, e a acumulação crescente de riqueza nos escalões mais altos da alta burguesia, traduzida num aumento do custo de vida in comportável face aos rendimentos da pessoa trabalhadora mediana.

Estes segmentos mais abastados, que se aproximam do que sociologicamente é classificado como “**classe média**”, encontram-se em aberto estado de decomposição

perante o atual estado de crise. Se a burguesia comprou no passado a sua lealdade com períodos de prosperidade, no presente momento de crise a ilusão da mobilidade social já se evaporou e, no seu lugar, ergue-se hoje um campo de batalha político. O proletariado deve assumir uma **política hegemónica e independente** neste campo de batalha, alinhando os interesses dessas classes ao seu, e nunca o seu aos das outras classes.

A política proletária recusa a união dos seus interesses com os interesses da “classe média”, reconhecendo a volatilidade desse campo político e o papel estratégico que desempenha na manutenção da presente ordem. Assim, a **Frente Popular**, estratégia outrora defendida que assentava na aliança do proletariado com setores da classe média e da burguesia nacional para a gestão do poder político e para a política antifascista, não é uma solução adequada que permita representar de forma inequívoca os interesses da classe trabalhadora, muito menos o programa comunista.

A classe trabalhadora tem duas existências: por um lado, força de trabalho, capital variável, população a ser administrada como objeto de política (a **classe-em-si**); por outro, a **classe-para-si**, como potencialmente capaz de expropriar os capitalistas e reorganizar o todo da sociedade ao emancipar-se. Essa passagem, de objeto a sujeito, necessita de um prolongado período de preparação e transição, mas é, em suma, o que significa a independência de classe.

A social-democracia (integração da classe no Estado-nação) e o liberalismo (representando o trabalhador como consumidor e cidadão) buscam apenas tomar a classe trabalhadora como objeto, manter e reproduzir a dependência política e económica do Trabalho face ao Capital - garantir que os trabalhadores continuam todos os dias a aparecer na empresa, a depender do salário para sobreviverem e da esquerda parlamentar para melhorar a legislação laboral no parlamento. **A nossa proposta, por oposição, é quebrar essa dependência.**

Romper com a desorganização e com a apatia passa por perspetivar a ruptura comunista com a ditadura do Capital. **Apenas o proletariado como classe organizada politicamente pode levar a cabo a sua emancipação.** Esta não virá das mãos de uma minoria isolada nem de uma aliança com interesses de classe opostos. Para tal, o trabalho de:

- organizar a classe
- empoderá-la como sujeito político
- construir as bases da solidariedade trabalhadora

Serve como princípio orientador da nossa atividade neste período de maré baixa.

Isto constitui as bases do **objetivo estratégico principal** para os comunistas em Portugal e em todo o mundo: trabalhar para a construção de um partido de classe,

o Partido Comunista, de modo a recompor a capacidade do proletariado agir como sujeito político. Essa capacidade depende da sua independência política, para que possa agir com a sua força nos momentos de *crise revolucionária* e passar o poder para as suas muitas, muitas mãos. Esta proposição tem reais implicações práticas:

1. A necessidade do partido corresponde a um longo, paciente trabalho para **reconstruir** o movimento proletário pela raiz, ao invés de tentar apenas disputar as direções dos movimentos e organizações atuais da classe trabalhadora;
2. Os aliados reais, de longo prazo, da classe trabalhadora não se situam nas classes médias nacionais, mas nos trabalhadores de outros países, visando a uma escala, pelo menos, **continental**;
3. Procuramos acima de tudo a organização e unificação do **proletariado**, nas suas múltiplas formas e vivências, despojado de tudo, em oposição explícita a camadas da classe trabalhadora, como a aristocracia laboral, cuja posição social é estável pela sua integração no Estado-nação e cuja perspectiva passa por alargar essa estabilidade a setores crescentes da população;
4. Essa função tem de ser articulada por **órgãos de contra-poder e socialização quotidiana** que não possam “coexistir” com a polícia e a propriedade, mas que existem em antagonismo e tensão com estas. No passado, esses órgãos chamaram-se “comunas”, “concelhos”, “soviets”, “comissões de trabalhadores”, “cordões industriais” e, no futuro, poderão ter outro nome inteiramente novo, mas só eles, como formas de auto-organização proletária, tornam a atividade revolucionária possível: não apenas pensável, como praticável.

3.4 O Partido Comunista

Assim, trabalhamos para que se possa forjar no fogo da luta a organização que articula a luta do proletariado na linguagem do programa comunista, ou seja, o **Partido Comunista**.

Neste contexto, operamos sob uma distinção cujas consequências práticas são relevantes. Definimos como entidades politicamente distintas:

- O partido **histórico** dos comunistas, isto é, num sentido lato, o conjunto, na sociedade, das expressões das contradições no interior do capitalismo que se manifestam na luta de classes. Não se trata de um “Partido” no sentido organizacional da palavra, mas sim de um conjunto de expressões concretas da luta da classe trabalhadora pela sua emancipação. Exprime, conscientemente ou

não, um conjunto de conhecimentos, fenómenos e práticas que visam superar o Capital e a sua dominação de forma concreta, aqui e agora. Podemos pensá-lo como “*o movimento verdadeiramente existente que visa abolir o presente estado de coisas*”, na medida em que se torna o partido histórico pela existência do próprio sistema que visa negar, porque é a expressão da sua negação.

- O Partido Comunista **formal**, isto é, uma organização circunscrita no tempo, efémera, cuja ação é historicamente condicionada pelas circunstâncias materiais, políticas e sociais que se lhe apresentam. Trata-se de uma organização política propriamente dita, e a sua constituição como tal resulta de um processo de unificação entre o movimento da classe e o programa político comunista. Não resulta de uma imposição nem de uma proclamação, mas sim da **expansão de formas de organização, socialização e planificação democráticas, inclusivas e independentes, orientadas em torno do núcleo invariante do programa comunista.**

Embora a classe trabalhadora possa agir espontaneamente de forma mais ou menos radical e unificada, o Partido Comunista é a forma organizacional que permite exprimir a realidade material da luta de classes no programa da sua superação, transformando o proletariado num verdadeiro sujeito político único. Servindo como órgão de representação e agregador dos interesses e organizações do proletariado, o **Partido Comunista** é a sua organização política, e é a forma pela qual ele intervém como classe consciente dos seus interesses e objetivos nos eventos e fenómenos sociais.

Além de necessariamente **independente**, a definição do Partido Comunista como organização engloba ainda outras características fundamentais que esclarecem como este se pode definir:

- será uma **organização de massas**, não por uma questão meramente quantitativa, mas porque integra necessariamente nas suas fileiras largas secções da classe trabalhadora conquistadas para o programa comunista no decurso da luta de classes, ao invés de ser o resultado de uma pequena assembleia de pessoas conspiradoras ou um núcleo de intelectuais. Visa representar e condensar a atividade dos setores mais “avançados” do proletariado.
- será **vanguardista**, na medida em que representa, em todos os momentos da luta entre o proletariado e a burguesia, os interesses históricos e internacionais do proletariado, contra qualquer particularismo ou capitulação perante a burguesia, e mobiliza todas as outras secções, mais “moderadas” ou “atrasadas”, para a luta sem tréguas contra o Estado e o Capital. Servirá para articular, mediar e, em última instância, direcionar a ação do proletariado no sentido da sua emancipação.

- será **internacionalista**, uma vez que se deve organizar do mesmo modo que o Capital se organiza e dispõe: à escala planetária. Isto exige a união do proletariado internacional sob o programa comunista e sob um Partido Comunista que permita contrariar a ação destrutiva do Capital à escala global, das guerras imperialistas à crise climática.
- será **democrático**, garantindo a todos os seus militantes a liberdade política plena nos seus órgãos decisores, facilitando a unidade na ação, fomentando uma cultura social de discussão coletiva e responsabilizando todas as pessoas eleitas com o cumprimento dos seus mandatos de forma transparente e revogável.
- será **hegemónico e universalista**, porque rompe os laços interclassistas nas diferentes comunidades oprimidas do mundo, reconhecendo as relações das suas diferentes opressões com o Capital e centrando a necessidade imperiosa da sua libertação e emancipação no programa comunista.
- será o **centro político do poder proletário e do comunismo**, isto é, o órgão que integra toda a informação para, de forma transparente, justa, e assente na evidência e em princípios éticos restaurativos (de injustiças, da exploração ou mesmo do equilíbrio metabólico com a biosfera), tomar decisões de forma articulada, que potenciem as ações da classe trabalhadora e que prefigurem o comunismo.

4

TÁTICA COMUNISTA





TÁTICA COMUNISTA

4.1 *Coletivo Ruptura* - Origem e continuidade histórica

O **Coletivo Ruptura** surgiu em 2023 como ponto de convergência de vários impulsos de crítica a partir da esquerda existente, seja associativa, parlamentar ou do movimento social. Dada a diversidade das nossas origens, reivindicámo-nos sempre como “apenas comunistas”, visando a recuperação dos princípios e a unidade dos comunistas e a reconstrução, naquele momento, de um espaço de debate, análise e polémica. Afirmamo-nos contra a defesa de um qualquer -ismo particular, contra a lealdade a uma tradição sem antes olhar à realidade.

Formámo-nos numa época de desmobilização, despolitização e crescimento reacionário, com um proletariado profundamente fragmentado, onde dominava e continua a dominar a impotência e as ilusões no campo dos comunistas. Em períodos de maré baixa, resistências localizadas, lutas económicas e sectoriais, medidas social-democratas e moções parlamentares passam a ser erradamente tomadas como o ápice da estratégia comunista. O horizonte que se apresenta era e é, em suma, um de reforço do Estado-nação para fazer uma melhor gestão da miséria. Em Portugal, em particular, a tendência à esquerda após o 25 de abril foi a de **integração no Estado e instituições**, num movimento que absorve (para depois domesticar e fragmentar) todos os impulsos de radicalização. Nas organizações do nosso meio, privilegiava-se a auto-reprodução e manutenção das suas estruturas organizativas sobre qualquer outro objetivo, numa atitude que justificava todo o tipo de oportunismo, manobras sem princípios, racismo, machismo e transfobia no seu interior.

Face a essa realidade, e à impossibilidade de “reformular” por dentro as velhas organizações e partidos através da crítica honesta e aberta, do estudo e do debate, o Coletivo Ruptura constituiu-se como **espaço de encontro para comunistas**, para organizar a sua atividade de educação política e agitação e propaganda independente; para conseguirmos pensar em conjunto o que se passa no mundo, o que se passa no nosso movimento e como é que podemos construir um caminho diferente.

Ao longo do tempo, repartindo a nossa atividade entre o estudo, a crítica, o debate, a agitação, a propaganda e o trabalho de base, temos vindo a clarificar a nossa análise e a desenvolver posições em comum, bem como a experimentar e aprender diferentes formas táticas. Este primeiro trabalho de experimentação, de tentativa-erro, dá, com este manifesto, lugar a uma construção mais coesa e consistente de um modo coletivo de fazer política que vise expressar os brutais antagonismos da nossa sociedade sem ser de imediato esmagado pelos dois monstros do Estado e do Capital. Uma política que consiga consumir uma ruptura de longo prazo com a ala esquerda do Capital e declarar, na prática, que a revolução proletária e o Comunismo ainda estão na ordem do dia, que o Capital, o mercado, o dinheiro, o Estado, o género, as fronteiras e a nação ***não são inevitabilidades históricas e podem ser ultrapassadas.***

Apesar de não defendermos nenhum -ismo que não o comunismo, temos várias **figuras de referência** na nossa análise de ruptura política. Enquanto existir sociedade de classes, existirá luta de classes, e existirão expressões comunistas e internacionalistas dessa luta, que apresentam não só uma crítica do capitalismo na sua totalidade, como uma reflexão sobre os rumos que esta luta tomou e uma proposta para que os próximos ciclos de luta tenham uma conclusão revolucionária.

A nossa organização inspira-se implícita e explicitamente num número destas forças, que, mais ou menos conhecidas e influentes no longo arco do movimento comunista internacional, trazem todas contributos à construção duma política e estratégia comunista para o nosso momento contemporâneo.

Como espinha dorsal da nossa forma de ver o mundo e orientação política, estão o contributo histórico de **Marx e Engels** - a crítica da economia política, a dialética e o materialismo histórico, a orientação para a independência política do proletariado face a todas as outras classes através dum partido revolucionário. Paralelamente, o **bolchevismo**, orientação comunista que colocou, contra todas as tendências nacionalistas, reformistas e centristas no movimento proletário, a revolução e a ditadura do proletariado na ordem do dia, é uma referência tanto na inspiração dos seus sucessos como no estudo dos seus falhanços.

Para além destes pilares, reconhecemos contributos importantes nas mais variadas origens. Realçamos as **esquerdas comunistas**, principalmente a **italiana**, no exemplo do Partido Comunista de Itália (PCd'I), que lutou contra o nacionalismo e centrismo da Internacional Comunista durante a década de 1920 ou, no contexto português, o contributo de **Francisco Martins Rodrigues**, na crítica das frentes populares e na defesa da independência política do proletariado. Acolhemos os aportes também de **outras tendências e perspectivas** - dos comunizadores às autoras do

feminismo marxista e queer, passando pelo operaísmo, a teoria crítica e os movimentos anti-imperialistas e anti-colonialistas. Assimilamos estes contributos não para tentarmos criar uma orientação política construída aos retalhos, mas por entender que todas estas forças e projetos procuraram obter (e se aproximaram em certos pontos de) ***uma verdadeira orientação revolucionária***.

Como internacionalistas, também tomamos como nossa a tradição das lutas proletárias de todo o mundo, desde a Comuna de Paris ao PREC (Processo Revolucionário em Curso 1974-75), desde as revoluções russa e alemã à Revolução Cultural na China, e tomamos igualmente como nossos os seus debates, que pretendemos resgatar sem necessariamente “tomar lados”. Tomamos esta história pois **só assim é possível construir uma ligação entre o passado e o futuro do comunismo**.

Se, por um lado, nos consideramos “invariantes” porque pretendemos resgatar o núcleo comunista da história da luta de classes, da possibilidade de transformação total da sociedade que se abre em períodos de crise revolucionária; por outro, consideramos que a invariância exige uma certa diversidade, espírito crítico omnívoro, porque tudo o que existiu nos trouxe até aqui: a um momento de derrota. **É preciso resgatar estes legados criticamente, lidos contra a sua própria crise e falência**.

Hoje, no presente, lemos e interagimos com os contributos de comunistas internacionais, sejam eles brasileiros, castelhanos, bascos, gregos, iranianos ou estadunidenses, mas também com os de militantes palestinos e de presos políticos britânicos, que, não sendo comunistas, expressam algo de profundamente radical sobre o nosso mundo. O **internacionalismo** é um ideal e um princípio, mas também uma prática, e é pela tradução, pela polémica e pela solidariedade que a desejamos recuperar.

4.2 Organização Comunista

Consideramos o Coletivo Ruptura como pré-pré-partidário, ou seja, não somos nem trabalhamos sob a ilusão de vir a ser em breve um Partido Comunista formal, internacional, com órgãos de massas, grande composição numérica e implantação na classe, mas existimos para contribuir na preparação da sua futura reconstrução, através da criação de um projeto comunista que:

- **Estude** de forma crítica e compreenda a nossa classe, a sua história, os ataques reacionários, as determinações sociais e as movimentações da luta de classes, para não fazermos este caminho de olhos vendados.
- **Dialogue** com o proletariado no sentido do aperfeiçoamento do programa comunista, aprendendo e intervindo na realidade quotidiana da luta de classes e, por seu lado, facilitando à classe o acesso à informação através da agitação, propaganda e

esclarecimento, para que não caminemos separados e impotentes.

- **Organize** o proletariado, em especial as suas secções mais avançadas, através do trabalho de base e da participação na luta de classes, sob o seu próprio programa, o programa comunista.

A organização comunista, aos nossos olhos, representa a estrutura social dessa ruptura: aberta, crítica, inclusiva, insubmissa, solidária, mas acima de tudo **capaz de criar** no mundo do Capital as aberturas que levam ao comunismo. O que só pode ser, no momento atual, um trabalho longo e paciente de reorganização e reconstrução, trabalho de formiga para reerguer (ou erguer de raiz) hábitos organizativos e meios de solidariedade de classe, que possam empoderar pela base todo o proletariado. É um importante pilar da política proletária gasto por anos de desmobilização e institucionalização, que urge voltar a consolidar. A força do movimento de classe mede-se pela sua capacidade de impor o seu poder político organizado sem depender de outras classes e forças políticas - confiante nas suas próprias forças para reorganizar a totalidade da sociedade. É a **tarefa-chave da organização comunista** **potenciar essa independência**.

4.3 Tarefas da nossa organização

As maiores dificuldades do comunismo, corpo estranho para a sociedade burguesa, situam-se no campo da tática. Vivemos um momento de maré baixa, pouco propício à intervenção comunista, marcado por uma **reconfiguração política reacionária** e uma **erosão do pacto social** fundador da democracia liberal em Portugal. A guinada à direita da política oficial e dos eleitorados europeus tem sido prontamente acompanhada e articulada neste país, e transformou a política em geral num terreno de gestão de crise, quando não da administração de matanças (em Gaza, no Líbano, no Irão e no Mediterrâneo...).

Em Portugal, as dinâmicas acima realçadas tomam formas particulares, aliadas ao **processo específico de democratização em Portugal**, por um lado, e ao **carácter semi-periférico** da sua economia nacional, por outro.

O primeiro significou que, num só compasso, foi construído o Estado de providência e o neoliberalismo; que, ao mesmo tempo que se aplicaram medidas de privatização e austeridade, se consolidou uma classe média nacional, com as suas próprias instituições e sólida capacidade de intermediação entre proletariado e alta burguesia. O segundo, por sua vez, é determinante da estrutura económica: desindustrializada, com centralidade do setor dos serviços (e sobretudo do turismo, hotelaria, etc), com um tecido empresarial composto por uma vasta maioria de pequenas e médias empresas, cada vez mais integradas na atividade do grande capital. O que, por sua vez, reverte para

uma política oficial determinada com peculiar força pela União Europeia, onde PS e PSD, não obstante os seus conflitos, falam a uma só voz em todas as políticas mais fulcrais.

Isto é, vivemos numa economia de baixos salários, *mas europeia à mesma*, com capacidade de disciplinar os setores mais marginalizados do proletariado, sobretudo imigrantes e racializados, e onde o principal recorte da política nacional, dominada pela alternância entre PS e PSD, é a *reconciliação*, a continuação da dominação burguesa sob omissão do antagonismo social e a integração de camadas da classe trabalhadora em blocos interclassistas de carácter nacional (*portugueses*), racial (*brancos*) e religioso (*católicos* ou, cada vez mais frequentemente, *anti-muçulmanos*).

A nossa proposta estratégica, portanto, é de que, neste contexto, **a tarefa primária é a recomposição do proletariado como sujeito político e da sua independência política, e de que toda a tática comunista tem de estar virada para essa tarefa** - tornando claros os antagonismos que atravessam todo o corpo social e através dos quais o capitalismo português se organiza e reproduz.

Como é de facto o capitalismo vivido e experienciado pelos diferentes setores da sociedade? Virando a questão do avesso, esta é também a questão de como nos estamos a politizar: *Por que formas de competição, solidariedade, dependência, exploração e opressão estão as classes hoje a se organizar e desorganizar?*

Previamente, muitos grupos comunistas investiram os seus esforços e recursos na organização “direta” da classe no seu local de trabalho, tática por norma restrita aos operários fabris. No entanto, esta tática “obreirista” de aproximar a organização comunista do proletariado, opera sobre vários pressupostos que podem enviesar tanto a sua execução como os seus resultados. A experiência da organização “direta” da classe é profundamente mediada pelas várias formas de divisão da produção, pela separação entre empresas e por tradições reformistas, nacionalistas ou sindicalistas. Ou seja, nenhuma experiência organizacional é imediata, e em lado nenhum existem as classes já como classes, numa forma cristalina à espera de ser descoberta por nós; nem é a luta laboral, significativa como o é, o único modo imaginável de organizar a classe.

Se o problema principal é um de recomposição, isso significa que a nossa tática não passa apenas por somar aos movimentos (sindical, da habitação, pela paz, etc.) nos termos sob os quais existem hoje. Pelo contrário, a implicação é que é preciso operar na arena dos seus limites e contradições, nas esferas onde há menos hábitos organizativos, mas carga de antagonismo muito maior à sociedade capitalista. Muita da experiência de proletarianização é hoje articulada fora da esfera laboral, por meio de práticas de encarceramento, violência policial, despejos, demolições e deportações, e todo o processo de (re)composição da classe, como sujeito que faz política, requer muita politização, trabalho de bases e mobilização contínuas e persistentes. É, por isso, também destas **zonas de conflito, disputa e (des)articulação** que falamos quando

falamos de *luta de classes*.

O capitalismo é uma totalidade que não se esgota num só tipo de relação, a do trabalho assalariado. Por isso, no seu enfrentamento, só faz sentido que defendamos, como já explicámos, um comunismo da totalidade. A implicação tática desta noção não é que por isso tenhamos de estar em todo o lado ao mesmo tempo, atendendo a todas as lutas e frentes por igual (o que, na nossa própria experiência, frequentemente leva a modos de organização superficiais, desgastantes e pouco sustentáveis), mas justamente o oposto: **que o trabalho que façamos seja feito em profundidade e continuidade, numa perspectiva de trabalho de base, e que se expanda através/contra essa própria especificidade.**

Qualquer ideia, mais do que necessária, de intersecção entre lutas apenas adquire significado prático se essa ligação for também ela profunda, duradoura, assente em necessidades, solidariedades e desejos mais robustos. Noutros termos, a própria luta pela habitação, por exemplo, já está à partida ligada a questões de proletarização, de policiamento e crise ecológica, e, portanto, pode ser proletária, abolicionista e ecologista, mas essa correspondência só poderá ser ditada realmente pela prática. Assentes nestes princípios de ação, apresentamos um conjunto pequeno de áreas de atuação prioritárias - que, para nós, juntam aquilo que *conseguimos* fazer ao que *desejamos* conseguir, abrindo portas para uma atuação comunista em potência. A questão-chave é, simplesmente: **Em que termos melhor combatemos a fragmentação da classe trabalhadora para reconstruir as suas formas de poder?**

4.3.1 Imperialismo

Portugal é um país integrado no bloco imperialista que une a União Europeia aos EUA. Mesmo estando numa posição subalterna dentro desse bloco, esse é o facto fundacional à sua constituição como Estado no pós-25 de abril, o tabu inviolável para os partidos de governação e a condição básica de toda a organização política em Portugal. É nessa condição que o país participou na ocupação do Afeganistão, apoiou a invasão do Iraque e a guerra contra o Irão por meio da base das Lajes, e manteve total cumplicidade no genocídio em Gaza e nas guerras sionistas no Mashriq. Neste momento, este bloco está em crise contínua e, por isso, apresenta-se **cada vez mais agressivo e militarista**, com as promessas europeias de re-militarização e regresso do serviço militar obrigatório.

Em simultâneo, ao invés de estabelecer, após as descolonizações, uma relação neocolonial com as ex-colónias (à semelhança do que fizeram França e Reino Unido), o prolongamento da relação colonial em Portugal fez-se principalmente **por dentro**, por meio da permanência do racismo, da segregação e da exploração de trabalhadores imigrantes, a maioria proveniente das ex-colónias. Hoje, Portugal reforça as políticas de deportação e criminalização dos imigrantes, para se enquadrar adequadamente na “Europa Fortaleza” - nome das políticas anti-migratórias da União Europeia, nomeadamente, os

pactos com Estados do Norte de África, a construção de muros, checkpoints, centros de detenções e as polícias que, no seu conjunto, produzem milhares de mortos todos os anos no Mediterrâneo.

Estes são os dois fatores que nos permitem classificar **Portugal como nação imperialista**, mesmo que empobrecida e subordinada, classificação essa que é estruturante das classes em Portugal, que imprime um carácter pacifista e diplomático na esquerda portuguesa, e torna impossíveis todas as estratégias que unem o socialismo ao patriotismo. Por isso, as organizações pacifistas e pró-Palestina mantiveram-se extremamente apegadas às instituições, enquanto o genocídio em Gaza radicalizou setores amplos da juventude e da esquerda. Ao mesmo tempo, em todos os movimentos grevistas, a defesa imigrante é excluída dos programas das organizações laborais. É o carácter imperialista do nosso terreno que mais esclarece a tática comunista: que clarifica que as classes intermédias não podem ser aliadas de longo prazo do comunismo porque têm interesse na manutenção do imperialismo europeu; ou que o Estado português não pode ser repositório dos nossos programas, porque os seus investimentos económicos e o seu aparato repressivo formam parte integral deste bloco imperialista.

A organização de boicotes à escala nacional, a organização de campanhas anti-militaristas nas escolas e empresas, a aliança com os trabalhadores imigrantes ou a solidariedade material além de fronteiras, sobretudo com movimentos de libertação criminalizados – tudo isto é hoje deixado de fora, ilegível como é ao legalismo e ao pacifismo, a partir dos quais nem a abolição do Estado de Israel nem a derrota político-militar dos EUA são imagináveis. Pelo contrário, do ponto de vista do comunismo, que precisa de se internacionalizar, elas são uma necessidade absoluta.

4.3.2 Crise Ecológica

Os nossos tempos são marcados por uma **crise ecológica profunda** - diretamente visível nas ondas de calor, nos incêndios, nas secas e tempestades cada vez mais frequentes e intensas - que afeta especialmente as perspectivas de futuro da atual juventude trabalhadora, resultado de séculos de desequilíbrio da relação entre a sociedade humana e a natureza. Se o trabalho e a natureza constituem as duas fontes da riqueza, o capitalismo reduz esta última a mero objeto de exploração, subordinando-a à lógica da valorização do valor. Décadas de emissão de gases com efeito de estufa, esgotamento dos solos, contaminação dos recursos hídricos, devastação das eternas guerras, proliferação de espécies invasoras destrutivas, entre outros atentados ambientais provam que a natureza é tratada simultaneamente como reserva de matérias-primas e depósito de resíduos. No entanto, sendo a Terra um sistema complexo e finito, uma economia baseada na concorrência entre capitais é estruturalmente incapaz de regular a sua atividade dentro dos limites ecológicos. O resultado é uma **dinâmica cega de acumulação** que produz, em simultâneo, riqueza concentrada e condições que ameaçam a própria continuação da vida da espécie humana.

As soluções propostas em apelos aos Estados e organizações supranacionais (como a ONU) ou aos mercados “verdes” mantêm intactas as relações de produção que estão na raiz da crise, mostrando-se incapazes de travar a destruição ambiental e frequentemente apoiando-se em novas formas de exploração, nomeadamente nas periferias globais. Perante isto, surgiram coletivos com outras propostas, que numa primeira fase conseguiram mobilizar a nossa geração à escala internacional para soluções que tentam escapar à via reformista - com discurso anti-capitalista, greves climáticas e ação direta -, mas que ainda assim não conseguiram tornar o movimento ambientalista numa força ampla e relevante na discussão e ação política.

Para uma política comunista, a questão ecológica não é um campo separado com respostas meramente técnicas, científicas e localizadas, mas **parte integrante da luta contra o capitalismo** à escala planetária. A resposta à crise ambiental implica a independência política do proletariado, implica a solidariedade internacional entre trabalhadores, implica submeter a produção social a um controlo racional coletivo, articulando as lutas ambientais com as condições concretas de vida: a habitação, o trabalho, a saúde, os territórios; transformando-as assim em momentos de organização e confronto com a burguesia. Só deste modo pode a crise ecológica deixar de ser gerida como catástrofe inevitável e passar a ser enfrentada como parte da superação revolucionária do sistema que a produz.

4 . 3 . 3 Sexo-Género

Números crescentes de violência doméstica e femicídio, marchas contra o aborto, pânico sobre casas de banho e educação sexual, legislação transfóbica, manutenção e expansão de culturas machistas na juventude – tudo isto são expressões de uma agudização do género e da sexualidade como terrenos de política e, mais concretamente, de violência política, ao qual temos de dar uma resposta organizada. Essa maior presença obriga-nos a pensar sobre o **lugar do género e sexualidade no capitalismo** e, aliás, a repensar o capitalismo através das questões da divisão sexual, da violência sexual e de género e das opressões e exclusões que daí brotam. Longe de ser um simples “aditivo” à categoria da classe, o género e a sexualidade são articulações fundamentais da nossa sociedade, aliada ao terreno da “reprodução social”, esfera necessária à continuação da exploração e à condição do capitalismo como totalidade que excede a esfera da produção.

A atual ofensiva reacionária, sobretudo patriarcal e transfóbica, é contextualizada pelo carácter de crise do capitalismo, face ao qual é montada uma defesa das formas (vistas como) “naturais” de organização social: a família e a comunidade nacional ou racial. É a **família** que, evidentemente, está no centro destas crises e imaginários reacionários, e dela advém o carácter “sexual” que estes tomam. Ela, não obstante a sua erosão nas últimas décadas, permanece a **principal forma de reprodução social sob o capitalismo** – garantindo a continuidade da divisão sexual da humanidade, que

as relações de classe perdurem pelas gerações, ou que os trabalhadores regressem à empresa todos os dias. Ela, e as suas formas associadas, como o trabalho doméstico e a violência patriarcal, são por isso centrais ao capitalismo. No entanto, esta relação de sexo-gênero vai além dela e, por isso, mesmo as expressões da sua erosão, por exemplo, através da expansão de setores mercantis de serviço doméstico, mantêm e aprofundam a divisão sexual. Isto torna a questão propriamente *política* para além da esfera da casa, muito diretamente relevante às expressões que o proletariado e a luta de classes hoje tomam. Nela, vários sujeitos, nomeadamente mulheres trans e mulheres imigrantes, tornam-se sujeitos abjetos, *abjetos* à família, à lei, à comunidade nacional, aos circuitos “formais” do capital.

Em Portugal, as lutas LGBT+, com a luta transfeminista à cabeça, têm sido um meio importante não só de politização, como, mais especificamente, de demarcação face ao chauvinismo da esquerda partidária e, portanto, de agregação na esquerda extraparlamentar. Em simultâneo, tanto o movimento feminista como o movimento LGBT+ são hoje predominantemente legalistas, interclassistas e em dependência face à esquerda parlamentar, e a resposta a estes antagonismos tende por consequência a revestir-se de um carácter apolítico. Há uma necessidade muito forte, chamemos-lhe “material”, de dar forma organizativa e independente à resposta a esta violência; de organizar uma militância LGBT+ e feminista; construir redes de auto-defesa, de cuidado e casas de acolhimento além da família; assim como politizar as esferas onde esta opressão se desenrola (escolas, hospitais, burocracia, trabalho, habitação e, claro, a família). Estas proposições, além do mais, representam uma necessidade estratégica para o comunismo: para reconstituir o proletariado, na sua heterogeneidade, como sujeito de combate; para combater a ofensiva reacionária e contestar a reprodução capitalista; e, por fim, para **construir um comunismo totalizante, liberto de desejos e estruturas conservadoras e patriarcais**.

4.3.4 Habitação

Com o desenvolvimento do capitalismo, deu-se um massivo êxodo rural de amplas camadas sociais para trabalhar nas fábricas das cidades, resultante do processo de proletarianização. Desde esse momento que a habitação - ou a falta dela - se tornou uma das principais expressões da privação e miséria do proletariado.

No Portugal contemporâneo, a chamada “crise da habitação” continua a ser uma das mais agudas expressões do empobrecimento que o capitalismo, pela sua natureza, produz. As nossas cidades têm as rendas mais elevadas da Europa, sempre em constante crescimento, enquanto os salários continuam a estagnar. Cada vez mais moradores estão a ser expulsos para as periferias, enquanto as comunidades e vizinhanças previamente existentes têm vindo a ser desmanteladas, erguendo-se no seu lugar hotéis, condomínios, “alojamentos locais” e demais formas de especulação imobiliária. Nessas mesmas periferias, são cada vez mais frequentes demolições e despejos em massa sem alternativa. E, mesmo entre quem

ainda tem teto estável sobre a sua cabeça, é excessivamente comum que as condições sejam miseráveis, desde a sobrelotação e insalubridade até à pobreza energética.

No entanto, a resistência direta a esta situação está ainda muito localizada e desarticulada entre si, desconectada daquele que é o “movimento da habitação” por excelência: o que aparece nas notícias e nas instituições, reconciliando as demandas dos inquilinos às dos proprietários (isto é, uma abordagem interclassista) e expressando-se mais em protestos e abaixo-assinados do que na organização de bases. Um dado alarmante desse carácter é, por exemplo, **a ausência praticamente total de sindicatos de inquilinos**, forma de organização que, por oposição, é extremamente comum e frutífera no Estado espanhol.

Em suma, esse movimento, assim como a interpretação dominante desta crise, tem um carácter de classe média, fruto da enorme expansão do acesso à propriedade privada depois de esmagadas as experiências de auto-organização dos moradores (as ocupações, as comissões revolucionárias de moradores e o SAAL). Hoje, só cerca de 2% da habitação é pública, estando os restantes 98% de habitação privada repartidos entre inquilinos, proprietários e proprietários com hipoteca bancária. Se, num primeiro momento, esse projeto foi em larga parte constitutivo das classes intermédias em Portugal, agora, a crise desse projeto é interpretada como uma crise dessas classes.

Foi assim que a democracia e a sociedade civil em Portugal foram marcadas a ferro não só pela classe como pela raça, e a habitação se tornou terreno de diferenciação entre classes e grupos. Enquanto para as classes intermédias nascentes, a propriedade se aliava a novas formas de cidadania, setores alargados da população foram ao longo das décadas segregadas em bairros periféricos fisicamente separados do resto das cidades, sem acesso nem à propriedade nem à providência, mas mais frequentemente expostas ao policiamento e encarceramento. Aí, mesmo projetos sociais, como o Programa Especial de Realojamento, acabaram por produzir novos modos mais perniciosos de expulsão, segregação e desarticulação. **Essas populações, hoje condenadas a ciclos de despejos, demolições e à habitação clandestina são os principais sujeitos para uma política de habitação comunista.**

Necessitamos então de uma atuação que não seja imediatamente cooptada pelas instituições, e que possa assim levar a sério as necessidades materiais do proletariado em Portugal, encurralado como está pela repressão estatal e pela pobreza mais extrema. Em alternativa à forma que o movimento da habitação tem, na sua maioria, tomado nos últimos anos, precisamos de uma organização de bases e em extensão – com trabalho paciente, prolongado, em proximidade e colocando em primeiro plano a capacitação da auto-organização dos moradores –, que se alargue à maioria do território nacional e consiga conduzir esse combate político diariamente, não só em datas acertadas. **O Estado não é o garante obrigatório de uma política de habitação; ele só pode ser obrigado, como no passado, pela força do proletariado, com os seus próprios órgãos de poder e intervenção, com os seus projetos de transformação social.** É para esse objetivo que uma tática comunista de habitação tem de apontar.



PRINCÍPIOS DE UNIDADE

DIREITOS POLÍTICOS
& REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA





PRINCÍPIOS DE UNIDADE

DIREITOS POLÍTICOS E REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA

A vida de relação externa de uma organização política é o espelho das relações internas que compõem a sua estrutura e, simultaneamente, a manifestação prática do real conteúdo político dos seus programas.

Como tal, consideramos que existem pontos de base que sublinham a nossa atividade e em torno dos quais nos agregamos. Estes configuram, assim, **pontos de unidade** organizacionais sobre os quais os núcleos do Ruptura se constituem.

- **Participação e representação democrática:** tal como o poder político comunista será determinado pela legitimidade reconhecida pela classe a quem a representa, também na organização comunista, o poder executivo deriva da confiança dos militantes, expressa em formas organizacionais centralizadas, participativas, compostas por militantes cujos mandatos são revogáveis, rotativos e limitados no tempo. A determinação das atividades e da orientação tática do coletivo é realizada em comum e com o contributo de toda a militância.
- **Transparência radical:** para prevenir desigualdades de estatuto informal ou corrupção dos princípios democráticos, a organização opera como uma rede, com canais abertos de comunicação e informação acessível a todos os militantes. Do mesmo modo, todas as atas e todos os relatórios de todas as reuniões são disponibilizados à militância. A militância dispõe de espaço nas reuniões para discussão aberta, bem como um Boletim Interno onde é encorajada a discutir temáticas relacionadas com a vida interna do coletivo e com questões políticas de forma estruturada.
- **Justiça e responsabilização inclusiva:** a organização define-se como espaço livre para toda a militância e denuncia as formas de exclusão e discriminação que afastam sistematicamente as pessoas da expressão da sua vida política, não as tolerando no seu seio. Os mecanismos de resolução de conflitos seguem os estatutos internos e adotam princípios de justiça restaurativa.

- **Liberdade de crítica e plenos direitos políticos:** todos os militantes podem expressar livremente críticas, apresentar moções e participar dos debates internos e públicos da organização. Os plenos direitos políticos de toda a militância (propor, discutir, votar e criticar) são garantidos tanto a nível local como central.
- **Unidade programática e ação centralizada com autonomia setorial:** os núcleos locais ou setoriais, por conhecerem melhor a sua realidade, produzem informação vital para a orientação coletiva da organização. O centro político, composto por militantes dos vários núcleos, processa essa informação e propõe linhas orientadoras para a ação com base na noção partilhada de estratégia.
- **Independência política de classe e independência material dos Estados e do Capital:** recusamos integrar formas políticas que não garantam os princípios de unidade acima descritos à totalidade da militância, ou que se pautem por frentes interclassistas. Recusamos qualquer financiamento estatal, supra-estatal ou privado que comprometa a nossa autonomia política. A sustentação material da organização baseia-se em contribuições voluntárias e transparentes na forma de quotas. Recusamos a integração em estruturas estatais, supra-estatais ou privadas que comprometam a integridade da nossa ação.

COLETIVO RUPTURA

COMUNISMO OU *EXTINÇÃO*!



